



BARRAGENS E POVOS INDÍGENAS NO RIO TELES PIRES:

**Características e Consequências de Atropelos no Planejamento,
Licenciamento e Implantação das UHs Teles Pires e São Manoel**

Versão Revisada - 09/06/2017

Brasília (DF), Cuiabá e Alta Floresta (MT)

Apresentação

O presente relatório, elaborado por integrantes do Fórum Teles Pires (FTP)¹, apresenta uma análise resumida de processos de planejamento, licenciamento ambiental e implantação das usinas hidrelétricas (UHEs) Teles Pires e São Manoel, duas entre quatro grandes barragens em construção no rio Teles Pires, afluente do rio Tapajós, na divisa entre os estados de Mato Grosso e Pará.² Em particular, são destacados atropelos e outros conflitos relacionados ao não cumprimento da legislação ambiental e o desrespeito aos direitos humanos, assim como suas consequências para as condições de vida dos povos indígenas de três etnias (Kayabi, Apiaká e Munduruku) que vivem na Terra Indígena Kayabi, localizada a jusante das duas barragens.³

A preparação do relatório envolveu a análise de documentos oficiais de empreendedores, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), principal órgão federal responsável pelo licenciamento ambiental, da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), órgão interveniente no tocante à questão indígena assim como mais de uma dúzia de Ações Cíveis Públicas (ACPs) ajuizadas pelo Ministério Público Federal sobre irregularidades nos processos de planejamento e licenciamento ambiental das UHEs Teles Pires e São Manoel. A fonte mais significativa de informações foi um processo de diagnóstico participativo, junto às comunidades indígenas, sobre impactos das duas barragens sobre seus territórios, modos de vida e direitos.

Assim, as informações contidas neste relatório são fruto de atividades conjuntas com os povos Kayabi, Apiaká e Munduruku que incluíram: 1) uma oficina sobre direitos indígenas e grandes empreendimentos, realizada com as três etnias na aldeia Teles Pires em abril de 2015, 2) uma oficina sobre monitoramento participativo de impactos socioambientais de hidrelétricas no rio Teles Pires, realizado na cidade de Alta Floresta em março de 2016, 3) uma reunião do Fórum Teles, em Alta Floresta, em outubro de 2016, e 4) a expedição de uma equipe multidisciplinar do Fórum Teles Pires que visitou as aldeias Kururuzinho (Kayabi), Teles Pires (Munduruku) e Mayrowi (Apiaká) ao longo de duas semanas em fevereiro de 2017. As metodologias escolhidas para tais iniciativas sempre buscaram privilegiar o engajamento das populações indígenas e a valorização de seus conhecimentos em atividades como reuniões,

¹ O Fórum Teles Pires é uma rede coletiva que atua desde 2010 na defesa dos direitos dos atingidos e ameaçados por hidrelétricas e outros grandes empreendimentos no rio Teles Pires. O FTP agrega movimentos nacionais como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), organizações locais representativas dos assentados da reforma agrária, povos indígenas, ribeirinhos e pescadores; entidades parceiras da sociedade civil como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Instituto Centro de Vida (ICV); , Centro Popular do Audiovisual (CPA) e International Rivers - Brasil (IR), e pesquisadores vinculados a instituições públicas de pesquisa e ensino, como a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e a Universidade do Estado do Mato Grosso (Unemat) e Universidade Estadual de São Paulo (UNESP) e pesquisadores autônomos. Contato: forumtelespires@gmail.com

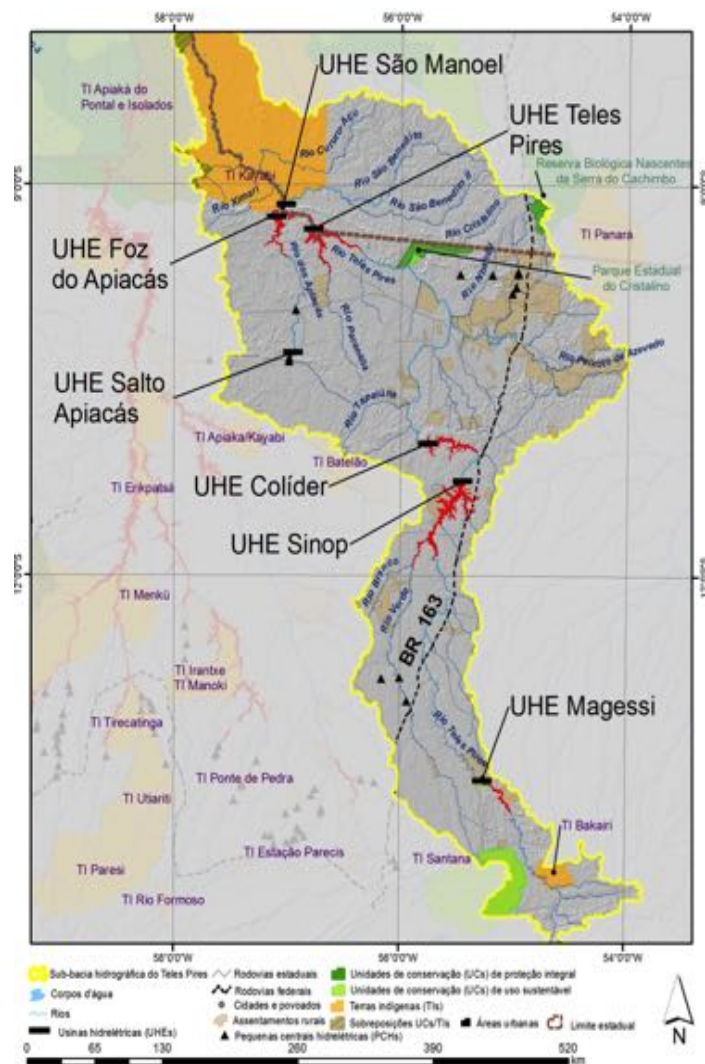
² As outras duas barragens em construção no rio Teles Pires são a UHE Colíder e a UHE Sinop, localizadas a montante das UHEs Teles Pires e São Manoel. Além disso, existe a UHE Salto Apiakás e 3 PCHs no alto rio Apiakás, afluente do Teles Pires (em estado avançado de construção). Vê-se mapa abaixo (Figura 1).

³ O limite da TI Kayabi fica a aproximadamente 40 km do barramento da UHE Teles Pires, e a aproximadamente 500 metros da UHE São Manoel (vide Figura 1, a seguir).

entrevistas e observações de campo.⁴

O presente relatório tem como objetivos: 1) subsidiar a atuação de entidades integrantes do Fórum Teles Pires em ações coletivas e individuais de incidência, voltadas para a defesa dos direitos de populações locais 2) contribuir para o diálogo com órgãos públicos responsáveis pela defesa dos direitos humanos e do meio ambiente e 3) estimular debates públicos sobre atropelos no planejamento, licenciamento e implantação de hidrelétricas na bacia do Teles Pires, sob a ótica de responsabilização por danos socioambientais e medidas necessárias para a reparação de danos e para evitar a repetição de erros.

Figura 1: Mapa de Hidrelétricas (UHEs, PCHs) na sub-bacia do rio Teles Pires



Fonte: Oekadi: Hidreletricas, Conflitos Socioambientais e Resistência na Bacia do Tapajós (International Rivers, Universidade Federal do Oeste Paraense - UFOPA, 2016)

⁴ No seguinte link, encontra-se uma sistematização de materiais de vídeo produzidos sob a coordenação de Caio Mota com o Fórum Teles Pires, nas aldeias indígenas do rio Teles Pires: <https://goo.gl/YPB2Fe>

1. Características do Planejamento, Licenciamento Ambiental e Implantação das UHEs Teles Pires e São Manoel

Em suma, os processos de planejamento, licenciamento ambiental e implantação das UHEs Teles Pires e São Manoel têm se destacado pelas seguintes características:

- **problemas crônicos de sub-dimensionamento de impactos e riscos socioambientais, inclusive cumulativos, na fase preliminar de estudos de inventário da sub-bacia do Teles Pires, conduzidos pelo setor elétrico e empreiteiras privadas.** Vale ressaltar que nesta etapa foram tomadas **decisões políticas** sobre a construção de hidrelétricas, utilizando como critério único a identificação de quedas com maior potencial de geração de energia;⁵
- **ausência de qualquer processo de consulta e consentimento livre, prévio e informado junto aos povos indígenas,** conforme determinado pela legislação brasileira e acordos internacionais com os quais o Brasil faz parte (UNDRIP, Convenção 169 da OIT, Sistema Interamericano de Direitos Humanos);⁶
- **na fase do Estudo de Impacto Ambiental (EIA), a persistência de estudos incompletos sobre impactos socioambientais, inclusive cumulativos, relacionados aos povos indígenas e seus territórios,** em que o componente indígena foi tratado de forma desarticulada do restante do EIA;⁷
- **a concessão pelo IBAMA de Licenças Prévias (LPs) para os dois empreendimentos, apesar de estudos incompletos do EIA - e no caso da UHE São Manoel, da conclusão pela sua inviabilidade ambiental⁸ - e contrariando pareceres técnicos de sua equipe e de órgãos intervenientes (FUNAI, IPHAN);** tal procedimento levou a tentativas equivocadas de transformar pendências da fase do EIA em condicionantes da LP;

⁵ Veja: “Estudos de Inventário: Características de uma fase inicial e decisiva do planejamento de hidrelétricas na bacia do Tapajós” in: *OCEKADI: Hidrelétricas, Conflitos socioambientais e resistência na bacia do Tapajós*, International Rivers/Universidade Federal do Oeste do Pará, 2016, pp. 111-142.

⁶ Veja, por exemplo: *Manifesto Kayabi, Apiaká e Munduruku contra os Aproveitamentos Hidrelétricos no Rio Teles Pires*. <http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&action=read&id=6008> (nov/dez 2011),

⁷ Entre os quatro empreendimentos hidrelétricos projetados, cada EIA/RIMA foi elaborado como se fosse o único no rio Teles Pires. Assim, não foram considerados os impactos cumulativos e sinérgicos na bacia, tendo como impacto de altíssima magnitude o fato de que nas regiões de montante os reservatórios em sequência passam a funcionar como um grande lago filiforme que drena para baixo, deixando de ser um rio. O rio Teles Pires perde a sua assinatura natural para sempre, passando a ter características lacustres. Conforme descrito na Ação Civil Pública no. 005891-81.2012.4.01.3600, no caso da UHE Teles Pires, chegou-se ao extremo de aceitar o componente indígena do EIA-RIMA elaborado para as UHEs São Manoel e Foz de Apiakás como ‘proxy’ para o estudo obrigatório deste empreendimento, negando a existência de impactos específicos (p.ex. destruição das corredeiras de Sete Quedas, local sagrado para os povos indígenas, de fundamental importância para a reprodução de peixes; implicações do barramento do rio Teles Pires para peixes migratórios de grande importância para a biodiversidade e meios de vida dos povos indígenas e outras populações locais. Veja: <http://www.mpf.mp.br/mt/sala-de-imprensa/noticias-mpf-recorre-a-justica-para-exigir-estudo-dos-impactos-da-usina-teles-pires-aos-povos-indigenas>

⁸ Veja a revisão 01 e versão final do Estudo do Componente Indígena (ECI) realizado pelo antropólogo Frederico César Barbosa de Oliveira.

- **a concessão de Licenças de Instalação (LI) sem o cumprimento de condicionantes da LP, destacando-se a ausência de um planejamento executivo para a mitigação e compensação de impactos socioambientais, no âmbito do Plano Básico Ambiental – PBA, devidamente analisado e aprovado pelos órgãos competentes.**⁹ Tal atropelo foi especialmente grave no caso do componente indígena do PBA (conhecido como PBAI). Elaborados pelos empreendedores sem participação efetiva dos indígenas, os PBAIs de ambos os empreendimentos foram tratados de forma desarticulada do restante dos PBAs, e desarticulados mesmo entre si, sofrendo repetidos atrasos na sua preparação, análise e aprovação pela FUNAI. Em grande medida, os PBAIs acabaram tornando-se basicamente listas de obras, equipamentos, material de consumo e cursos (p.ex. informática, GPS), bem como uma série de atividades de “monitoramento” conduzidos pelo empreendedor,¹⁰ em contraste com o caráter previsto para o PBA na legislação ambiental como planos efetivos de mitigação e compensação de impactos socioambientais.¹¹
- **falta de monitoramento efetivo de impactos e efetividade de condicionantes** como ferramenta de gestão de empreendimentos¹². Em contraste, o que tem predominado é o ‘auto-monitoramento’ realizado pelos empreendedores, menosprezando questões de conflito de interesse, assim como um precário acompanhamento por parte do IBAMA, FUNAI e outros órgãos públicos;
- **no caso da UHE Teles Pires, a concessão da Licença de Operação sem o cumprimento efetivo e integral das condicionantes da Licença de Instalação e avaliação de sua efetividade na mitigação e compensação de impactos socioambientais.**¹³

Como resultado da natureza dos barramentos no rio Teles Pires e esse conjunto de atropelos no planejamento, licenciamento e implantação dos empreendimentos, os povos indígenas, pescadores tradicionais, agricultores familiares e outras populações locais estão sentindo graves consequências negativas do conjunto de quatro hidrelétricas sendo instaladas no Rio Teles Pires, especialmente no caso da UHE Teles Pires (em operação) e São Manoel (em estado avançado de construção, inclusive com o enchimento do reservatório previsto para iniciar em agosto/2017).

Nesse contexto, o Ministério Público Federal e Estadual têm ajuizado mais que uma dúzia de *Ações Civis Públicas (ACPs)* sobre violações dos direitos humanos e da

⁹ <http://www.global.org.br/blog/mais-de-50-entidades-da-sociedade-civil-apelam-ao-governo-e-autoridades-internacionais-pela-seguranca-de-indigenas-ameacados-pela-usina-de-teles-pires/>

¹⁰ Aparentemente, trata-se de um reflexo de tentativa de transformar pendências da fase do EIA em condicionantes de licenças ambientais.

¹¹ Cabe ressaltar que a empresa de consultoria JGP foi responsável pela elaboração dos PBAIs das UHEs Teles Pires e São Manoel, adotando procedimentos semelhantes, principalmente a quase ausência na TI Kayabi e a falta de diálogo com as comunidades impactadas;

¹² Cabe ressaltar que o monitoramento da ictiofauna e limnológico, condicionantes do licenciamento ambiental da UHE Teles Pires, e dois dos programas do PBAI do referido empreendimento, foram finalizados em 2015. Não houve qualquer tipo de monitoramento da ictiofauna na Terra Indígena Kayabi até maio de 2017. Houve somente uma coleta de água em 2017., até a presente data.

¹³ Veja: <http://amazoniareal.com.br/indigenas-denunciam-falhas-no-programa-ambiental-da-usina-teles-pires/>

legislação ambiental. No caso das UHEs Teles Pires e São Manoel, ambos foram objeto de ações sobre a ausência de um estudo de componente indígena do EIA devidamente elaborado e aprovado pela FUNAI, com aval dos povos indígenas, e sobre a falta de qualquer processo de consulta livre, prévia e informada, junto às populações indígenas do rio Teles Pires. No caso da UHE Teles Pires, foi ajuizada ACP sobre a falta de estudos acerca dos povos indígenas isolados¹⁴.

A grande maioria das ações ajuizadas do Ministério Público tem recebido liminares e decisões de mérito favoráveis; no entanto, essas decisões têm sido inviabilizadas pela utilização da **Suspensão de Segurança**, instrumento autoritário com origens na ditadura militar, que permite a presidentes de tribunais em instância superior, a pedido do governo, suspender sentenças judiciais, por meio de decisão monocrática, invocando uma suposta ameaça à ‘ordem social e econômica’.¹⁵

2. Impactos socioambientais e efetividade de condicionantes das licenças ambientais

Como resultado de atividades citadas no início do relatório – ou seja, uma oficina sobre direitos indígenas e grandes empreendimentos (aldeia Teles Pires, abril de 2015), uma oficina sobre monitoramento participativo de impactos socioambientais de hidrelétricas no rio Teles Pires (Alta Floresta, março de 2016) e a expedição de equipe multidisciplinar que visitou as aldeias Kururuzinho, Teles Pires e Mayrowi em fevereiro de 2017 – foi possível alcançar uma visão mais detalhada dos impactos que estão afetando a vida e direitos das três etnias indígenas que habitam a TI Kayabi, a jusante das UHEs Teles Pires e São Manoel, bem como a efetividade de condicionantes dos empreendimentos na sua mitigação e compensação.

2.1 Destruição de lugares sagrados

Dentre os impactos irreversíveis das barragens no rio Teles Pires, destaca-se a destruição de lugares sagrados para os povos indígenas. Nesse sentido, cabe ressaltar o caso da inundação das **corredeiras de Sete Quedas pela barragem da UHE Teles Pires**. Conforme descrito em Ação Civil Pública do MPF (Processo no. 005891-81.2012.4.01.3600), tratava-se de importante área de reprodução de peixes migratórios, que são base alimentar de populações indígenas que vivem na bacia do rio Teles Pires. Além disso, destacou-se que o local era de extrema importância cultural e religiosa. “Para o povo Mundukuru, Sete Quedas é um lugar sagrado, onde vive a *Mãe dos Peixes*, um músico chamado *Karupi*, o espírito *Karubixexé*, e os espíritos dos antepassados (lugar em que não se pode mexer – *uel*).”

¹⁴ Processo nº: 17643-16.2013.4.01.3600 (distribuído por dependência ao processo 13839-40.2013.4.01.3600).

¹⁵ Veja: “Suspensão de liminar tem sido usada para violar direitos fundamentais”, Felipe Almeida Bogado Leite e Leandro Mitidieri Figueiredo, *Revista Consultor Jurídico*, 23 de janeiro de 2015, <http://www.conjur.com.br/2015-jan-23/suspensao-liminar-sido-usada-violar-direitos-fundamentais>

De acordo com o “Manifesto Kayabi, Apiaká, Munduruku contra os aproveitamentos hidrelétricos no rio Teles Pires”, divulgado em dezembro de 2011: *“As cachoeiras de Sete Quedas, que ficariam inundadas pela barragem, são o lugar de desova de peixes que são muito importantes para nós, como o pintado, pacu, pirarara e matrinxã. A construção desta hidrelétrica, afogando as cachoeiras de Sete Quedas, poluindo as águas e secando o Teles Pires rio abaixo, acabaria com os peixes que são a base da nossa alimentação. Além disso, Sete Quedas é um lugar sagrado para nós, onde vive a Mãe dos Peixes e outros espíritos de nossos antepassados – um lugar onde não se deve mexer”*.

No Parecer Técnico nº 14/2010 (COLIC/CGGAM/DPDS/FUNAI), em que técnicos da FUNAI se manifestaram contrários à concessão da Licença Prévia para a UHE Teles Pires, foi destacada a importância das corredeiras de Sete Quedas para os povos indígenas Kayabi e Munduruku, não apenas como referência simbólica enquanto elemento fundante da cultura imaterial daqueles povos (local sagrado, refúgio da mãe d'água), como também sua riqueza ecológica por ser ele um berçário natural de distintas espécies de peixes (p.41/42).

Não obstante diversas manifestações dos povos indígenas e da equipe técnica da FUNAI, da ausência de qualquer abordagem sobre a destruição de Sete Quedas no EIA-RIMA da UHE Teles Pires e da falta de qualquer processo de consulta livre, prévia e informada, as licenças ambientais para o referido empreendimento foram concedidas pelo IBAMA. Os impactos traumáticos e irreversíveis da destruição das corredeiras de Sete Quedas pela UHE Teles Pires, envolvendo também a remoção de urnas funerárias sem acordos prévios com os indígenas, são descritos em documentos como o *Manifesto da Aliança dos Povos Indígenas Apiaká, Kayabi, Munduruku e Rikbaktsa* de abril de 2015¹⁶, estudos científicos¹⁷ e reportagens jornalísticas.¹⁸

Outros lugares ao longo do rio Teles Pires são descritos pelos povos indígenas como de importância espiritual. É o caso do Morro dos Macacos que será afetado pelo reservatório da UHE São Manoel,, descrito pelos Kayabi e Munduruku como lugar de moradia dos espíritos de animais. Os povos indígenas enxergam o território em constante interrelação entre o mundo espiritual e o material, afirmando que as alterações que estão sendo realizadas pelos empreendimentos os afetam na vida cotidiana, pois há retaliações do mundo espiritual para aqueles que devem guardar os locais sagrados; no caso, os indígenas são castigados com acidentes, doenças e picadas

¹⁶ Veja reportagem da Agência Pública: “Por que você deve ouvir o que dizem os índios do Teles Pires” <http://apublica.org/2015/04/por-que-voce-deve-ouvir-o-que-dizem-os-indios-do-teles-pires/>

¹⁷ “Sobre sítios arqueológicos e lugares significativos: impactos socioambientais e violações dos direitos culturais dos povos indígenas e tradicionais pelos projetos de usinas hidrelétricas na bacia do rio Tapajós”, de Francisco Antonio Pugliese Jr. e Raoni Bernardo Maranhão Valle, in: OCEKADI (2016)

¹⁸ “E a gente vai morrer no espírito também: hidrelétricas avançam sobre terras e vidas Munduruku” da série de reportagens de Mauricio Torres e Sue Branford publicada em The Intercept Brasil (português) e Mongabay (inglês): <https://theintercept.com/2017/01/16/hidreletricas-avancam-sobre-terras-e-vidas-munduruku/> Veja também depoimentos de indígenas na série de reportagens do ICV, gravados durante a expedição ao rio Teles Pires em fevereiro de 2017: <http://www.icv.org.br/2017/05/29/vozes-dos-atingidos- chega-ao-setimo-depoimento-e-continua-em-junho/>

de animais, em decorrência da construção das usinas.¹⁹

2.2. Impactos sobre as águas

Observações empíricas e depoimentos dos indígenas das etnias Kayabi, Munduruku e Apiaká, que vivem a jusante das UHEs Teles Pires e São Manoel, demonstram que, embora menosprezados ou mesmo desconsiderados no 'auto-monitoramento' realizado pelos empreendedores (CHTP, EESM), existem fortes evidências de impactos significativos sobre a qualidade da água e o comportamento hidrológico do rio Teles Pires, associados à construção e operação das barragens, com sérias implicações para a qualidade de vida e direitos destas populações.

Segundo relatos de indígenas Kayabi, Munduruku e Apiaká, antes da construção das duas barragens, a água do rio Teles Pires era limpa com alto grau de visibilidade do fundo do rio. Segundo o senhor Jesuíno Apiaká (Aldeia Teles Pires), em alguns locais era possível uma visibilidade de 5m de profundidade, fato que facilitava a pesca e a caça de tracajás. A água potável era consumida diretamente do rio. Em contraste, segundo o *Manifesto da Aliança dos Povos Indígenas Apiaká, Kayabi, Munduruku e Rikbaktsa*, de abril de 2015, "com a água suja das barragens não conseguimos mais pescar com arco e flecha, enquanto aumentam os problemas de saúde com a água contaminada, especialmente nas aldeias mais próximas das usinas".

Para os povos indígenas diretamente afetados pela construção das usinas de Teles Pires e São Manoel, o impacto negativo na qualidade da água é considerado de alta magnitude, sendo apontadas mudanças na quantidade de sedimentos, cor e outros aspectos da qualidade da água. A piora da qualidade da água tem impactos expressivos relacionados à saúde indígena e à qualidade e quantidade de recurso pesqueiro, descritos em mais detalhes abaixo.

Diversos indígenas entrevistados afirmam que a água do rio Teles Pires está poluída, pois a sua utilização está causando 'coceiras' e outros problemas de pele, especialmente para as crianças.²⁰ Esse problema foi evidenciado e registrado por integrantes do Fórum Teles Pires em fevereiro de 2017, inclusive em gravações de vídeo. Segundo agentes de saúde do posto vinculado à Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) nas aldeias, as coceiras são micoses causadas pela contaminação da água. O surgimento de coceiras está relacionada a atividades diárias das comunidades indígenas que envolvem o rio, como tomar banho, lavar louça, lavar roupa e atividades de pesca.

Muitos indígenas relatam que já tiveram problemas de saúde ligados ao consumo direto da água do rio, o que não acontecia antes da construção das usinas.

¹⁹ Tal relato é descrito pelo antropólogo Frederico César Barbosa de Oliveira na revisão final do Estudo de Componente Indígena do EIA da UHE São Manoel (ECI Revisão Final, 2012, p.34)

²⁰ Assista o vídeo curto produzido em expedição do Fórum Teles Pires em fevereiro de 2017, contendo denúncias feitas por indígenas das etnias Kayabi, Munduruku e Apiaká sobre problemas com as águas do rio Teles Pires, causados por usinas hidrelétricas a montante da TI Kayabi: <https://goo.gl/R4HzkO>

Diarreias, vômitos e outros problemas gastrointestinais são comuns entre as comunidades, principalmente nas aldeias sem poço artesiano, a exemplo de Kururuzinho, aldeia polo da etnia Kayabi, localizada a poucos quilômetros do limite da terra indígena, à jusante das barragens. Mesmo nas aldeias polo com poço artesiano, como Teles Pires (etnia Munduruku) e Mayrowi (etnia Apiaká) nem todas as famílias têm acesso à água desta fonte. Sobretudo nos casos onde não há poço artesiano, a falta de sistema adequado de tratamento de água é um problema grave.

Uma das consequências da falta de água de boa qualidade é que muitos indígenas têm sentido a necessidade de buscar fontes alternativas de água em lugares distantes. Por exemplo, numa aldeia próxima à Mayrowi, o cacique Apiaká relatou que percorre 10 minutos de barco no rio e mais 10 na mata para captar água de uma nascente de seu interior.

Apesar da falta de monitoramento sistemático, pode-se afirmar que os fatores que têm contribuído para alterar a qualidade da água do rio Teles Pires incluem, dentre outros: i) a decomposição de uma elevada quantidade de biomassa no reservatório da UHE Teles Pires²¹, e ii) escavações para obras, construção de ensecadeiras e o desvio do rio Teles Pires, que tem ocasionado a introdução de grandes quantidades de sedimentos no rio em diversos momentos, iii) eliminação de corredeiras como Sete Quedas, locais naturais de dissolução de oxigênio, e por outro lado, a liberação de água pelas turbinas e vertedouros da UHE Teles Pires oriunda de camadas profundas do reservatório, caracterizadas por baixas temperaturas e baixos teores de oxigênio.

Em novembro de 2016, foi noticiado um *vazamento de óleo do canteiro de obras* da UHE São Manoel, aparentemente no contexto da segunda etapa de desvio do Teles Pires, que também envolveu a liberação de uma grande quantidade de sedimentos no rio.²² Como medida paliativa, a Empresa de Energia São Manoel (EESM) distribuiu para os índios, durante alguns dias, galões de água mineral para beber (o que não resolveu outras necessidades, como a falta de água de qualidade para tomar banho, lavar louça e lavagem de roupas). Até o final de maio de 2017, o IBAMA não havia divulgado laudo técnico definitivo sobre as causas e consequências do vazamento de óleo no rio Teles Pires.

²¹ Este fato é relacionado a dois fatores:: o enchimento do reservatório que ainda continha cerca de 58% da cobertura florestal primária da área do reservatório da UHE de Teles Pires e as alterações de macrofitas e algas, conforme previsto nos EIA/RIMAs das UHEs Teles Pires e São Manoel.

²² Veja: <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2016/11/vazamento-de-oleo-e-detectado-no-rio-teles-pires-em-jacareacanga-no-para.html>



Figura 2. Vazamento de óleo do canteiro de obras da UHE São Manoel, acompanhado por despejo de grande quantidade de sedimentos. Novembro de 2016. (Fonte: O Globo)²³

Outro fator citado pelos indígenas que teria causado prejuízos para a qualidade da água é a inundação de plantas tóxicas, especialmente uma espécie de cipó (timbó) que ocorre nas proximidades do rio, como consequência do enchimento do reservatório da UHE Teles Pires.

Até o momento, as comunidades indígenas Kayabi, Apiaká e Munduruku não têm recebido resultados de análises físicas, químicas e bacteriológicas da qualidade de água do rio Teles Pires, realizadas com amostragens e periodicidade, identificando as alterações provocadas pelos empreendimentos hidrelétricos.

Com o enchimento do reservatório e início de sua operação, a UHE Teles Pires tem provocado **mudanças significativas no regime hidrológico sazonal do rio Teles Pires**. Segundo relatos dos indígenas, historicamente, no início de dezembro o rio começa a encher de forma mais acentuada, tendo o seu pico de cheia em janeiro e fevereiro. Em março, o rio começa a vazar lentamente até junho, onde começa o período de seca. Essa sazonalidade de subida e descida das águas previsíveis e de baixa flutuação permite que a biota, sobretudo nos Igapós (floresta inundada para rios de água semi-clara) tenha condições favoráveis de servir para a reprodução e como berçário para a fauna aquática, para que completem ou mantenham seu ciclo de vida.

Em contraste, as práticas de retenção de água e redução de vazão do reservatório da UHE Teles Pires, e por outro lado, aumentos repentinos da defluência da barragem, têm provocado severos impactos, segundo relatos dos indígenas. Estas consequências incluem: a) a degradação e eliminação de ambientes essenciais para a alimentação e berçário e descanso de peixes nos igapós²⁴, b) o aprisionamento de

²³ <http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2016/11/indios-acham-boto-peixes-e-cagado-mortos-apos-vazamento-de-oleo.html>

²⁴ Áreas de floresta que são alagadas durante o período de chuvas e que são usadas por peixes para desova e

peixes em áreas inundáveis, em momentos de redução drástica da vazão, levando-os a altas taxas de mortalidade em determinados momentos, e c) riscos de acidentes com a perda de equipamentos e até riscos de vida, quando ocorre um aumento repentino da vazão da barragem.

Conforme denunciado pelos indígenas do rio Teles Pires: “abaixo das barragens, os peixes também estão morrendo em nosso território por conta das cheias e baixas repentinas do rio descontrolado, que já levou muitas canoas”.²⁵ Vale ressaltar que mudanças repentinas na vazão do rio, associadas ao regime de operação da UHE Teles Pires, não têm sido acompanhado por nenhum sistema de aviso prévio às comunidades, por parte do empreendedor (CHTP).²⁶

2.3 Impactos sobre a fauna aquática e a pesca

Conforme descrito acima, a construção das UHEs Teles Pires e São Manoel têm provocado significativos impactos sobre a qualidade de água e o regime sazonal de vazão do rio Teles Pires. Tais modificações no ambiente natural possuem profundas implicações para a fauna aquática e, conseqüentemente, para atividades de pesca praticadas pelos povos indígenas Kayabi, Apiaká e Munduruku.

As atividades de campo no rio Teles Pires, e outras iniciativas desenvolvidas pelo Fórum Teles Pires, deixam claro a importância fundamental dos peixes e a pesca para a segurança alimentar e as culturas dos povos indígenas. A seguir, apresentamos breves observações sobre características da pesca em relação às três etnias e seus territórios, registradas durante o trabalho de campo do FTP realizado em fevereiro de 2017:²⁷

- O trecho do rio Teles Pires habitado pelo povo **Apiaká** envolve um sistema com uma grande diversidade de habitats. Esse sistema é fortemente influenciado pelo pulso de inundação em rios de água clara como o rio Teles Pires, formando uma grande rede interligada de igapós, baixas (baixios) e lagos. Esses ambientes também sofrem influência de uma grande rede de igarapés que deságuam principalmente em grandes lagos durante a cheia. Esse complexo sistema durante a cheia serve para abrigar uma fauna aquática diversificada, em especial peixes, que pode utilizá-lo para reproduzir e crescer. Durante a

engorda.

²⁵ Manifesto da Aliança dos Povos Indígenas Apiaká, Kayabi, Munduruku e Rikbaktsa (abril de 2015) <http://riosvivos.org.br/a/Noticia/Manifesto+da+Alianca+dos+Povos+Indigenas++Apiaka++Kayabi++Munduruku+e+Rikbaktsa/18895>

²⁶ Em grande parte dos reservatórios para hidrelétricas no país, a “Modulação Diária de Ponta” nos horários de maior consumo de energia (tipicamente entre 18:00 e 22:00 horas), envolve um acréscimo acentuado da defluência a jusante das barragens. Em função desses procedimentos do setor elétrico, as barragens podem interferir de forma drástica no regime hidrológico, dinâmicas de ecossistemas e espécies da flora e fauna, e nos meios de vida das populações humanas locais (COELHO, 2008)

²⁷ Assista o vídeo curto produzido em expedição do Fórum Teles Pires em fevereiro de 2017, contendo denúncias feitas por indígenas das etnias Kayabi, Munduruku e Apiaká sobre problemas relacionados a peixes e pesca, provocados pelas usinas hidrelétricas a montante da TI Kayabi: <https://goo.gl/jB2yar>

seca os lagos ficam rasos e praias aparecem ao longo do rio. Várias espécies de peixes utilizam esses ambientes, como os da família *Cichlidae*, da qual podemos destacar o tucunaré. É nessa época que peixes dessa família se reproduzem. Além disso essas praias também servem de local de reprodução para alguns bagres de pequeno porte, segundo o senhor Valdeci da Silva Paleci.

- O trecho do rio ocupado pelo povo **Munduruku** inclui corredeiras e ambientes de ilhas. Nesse trecho do rio também é importante o pulso de inundação, formando vários igapós e baixas durante a cheia, pontos importantes de reprodução, alimentação e berçário de peixes. Nesse trecho há presença de vários igarapés, que contribuem para a formação de igapós. Foi relatada a presença de alguns lagos pelos indígenas. Um ponto importante é a rasteira que é um conjunto de corredeiras. Um ponto importante para várias espécies de ambientes reofílicos (corredeiras), como grandes bagres como o jaú que vivem entocados nesses ambientes de pedrais, bodós, oranas, piabas, matrinxãs e várias espécies dependentes e especializadas nesses ambientes. Essas corredeiras, além de serem importantes para a migração de peixes, ao ultrapassarem esses obstáculos, o esforço realizado ajuda na liberação de hormônios que auxiliam na maturação de suas gônadas. Durante a cheia, os peixes migradores nadam rio acima para a realização de seus processos reprodutivos, após indo para as baixas e igapós, onde se alimentam e refazem do esforço físico realizado.
- O povo **Kayabi** habita um trecho do rio Teles Pires muito parecido com o do povo Munduruku, porém mais próximo de grandes afluentes, como o rio Apiacás, o rio São Benedito e o rio Kururuzinho. Esse trecho de rio possui muitas corredeiras e durante a enchente os peixes sobem o rio ou vão para o igapó como citado anteriormente.

Segundo relatos ouvidos dos indígenas, peixes fundamentais para a alimentação de suas famílias e comunidades indígenas estão ficando cada vez mais escassos no rio Teles Pires, especialmente os grandes bagres migradores, como pintado e pirarara. Além disso, relata-se que muitos peixes têm ficado “magros e doentes” pela falta de alimentação adequada e por mudanças na qualidade da água.

Com a alteração do regime hidrológico sazonal do rio provocada pelas usinas hidrelétricas, os igapós e outras baixadas onde muitos peixes se alimentam e desovam (“berçários naturais”) tiveram uma diminuição substancial de tamanho e no tempo de duração da alagação,²⁸. Tal fenômeno tem afetado negativamente o período de alimentação para o crescimento de espécies importantes nestes berçários, levando até a morte de muitos peixes.²⁹

²⁸ A equipe do Fórum Teles Pires vivenciou episódio semelhante no campo, no período de uma noite houve alteração repentina de cheia. Durante esta noite, os curimatás entraram no igapó para reproduzir, mas a rápida descida d'água os impediu e os peixes acabaram presos no igapó; a densidade de peixes presos era tamanha que os indígenas Munduruku da aldeia Teles Pires conseguiam pegá-los com as mãos.

²⁹ O comprometimento de igapós pode levar o peixe a não desovar e, portanto, não completar o seu ciclo de vida;

A diminuição da quantidade e qualidade do recurso pesqueiro, base de alimentação das comunidades indígenas, tem provocado dificuldades consideráveis. Suas consequências incluem, dentre outras, a) maiores deslocamentos para pescar em igarapés e lagos distantes do eixo principal do Teles Pires, menos afetados pelas hidrelétricas, o que implica em maiores investimentos de tempo e recursos financeiros (combustível e manutenção de barcos), b) maior dependência em relação a gêneros alimentícios comprados na cidade (p.ex. frango congelado), e c) maior pressão de desmatamento, associada à pressão para criar gado, como fonte alternativa de proteína.

Além dos impactos descritos, a represa prevista para ser formada pela barragem da UHE São Manoel se estenderá por 40 km, terminando no local onde está a barragem da UHE Teles Pires.³⁰ Estas duas usinas vão formar uma espécie de armadilha para a ictiofauna, prendendo-as entre as duas barreiras construídas.

Relatos e vídeos (como o documentário “O Complexo”³¹) demonstram uma grande quantidade de peixes mortos, que foram triturados pelas turbinas da UHE Teles Pires no período de comissionamento das máquinas. Um relatório da própria administração da UHE Teles Pires admitiu que foram mortos cerca de 1,7 toneladas de peixes que acessaram as turbinas, pois não colocaram a rede de proteção como combinado com o órgão ambiental. Um pouco mais de 1,3 toneladas desse peixes mortos foi somente de piraíbas, com indivíduos cujo peso variou de 34 kg a mais de 150 kg, o que leva ao raciocínio de que toda a sub-população dessa espécie tenha praticamente desaparecida nesse trecho do rio.

O RIMA da UHE Teles Pires propunha a construção de um mecanismo de transposição de peixes (MTP); porém, ao contrário das conclusões de estudos anteriores, a EESM considerou Sete Quedas como uma barreira natural de subida de peixes e não definiu nenhum MTP, mesmo contrariando o próprio RIMA que por telemetria evidenciou que diversas espécies de peixes passavam pelas corredeiras de Sete Quedas sem maiores problemas. O projeto de engenharia da UHE São Manoel considera a construção do MTP na margem direita, para permitir que os peixes de piracema possam subir o rio depois de implantada a usina (RIMA - São Manoel, 2011). A escada está projetada para vencer um desnível de 23m e terá 650m de comprimento. No entanto, como o futuro reservatório da UHE em São Manoel deve terminar no barramento da UHE Teles Pires, os peixes que subirem a escada cogitada para São Manoel acabarão em um lago sem saída, uma verdadeira ‘armadilha

además, larvas de peixes podem não achar locais adequados que funcionem como berçário e locais de crescimento, geralmente os lagos também muito alterados pela alteração do fluxo da água causado pelas usinas.

³⁰ A água do rio Teles Pires vai demorar em média três dias para percorrer toda a represa da UHE São Manoel até passar pelas turbinas e vertedouros do barramento (período chamado por especialistas de “tempo de residência” da água). A represa terá forma alongada, com poucos braços curtos na margem direita e três braços mais longos na margem esquerda, e ocupará uma área de cerca de 6.600 hectares, com perímetro de 392km². O RIMA da UHE Teles Pires informa que o lago formado pela barragem teria cerca de 70 km de comprimento com área de 152 km², terminando logo abaixo da foz do rio Santa Helena.

³¹ <https://www.youtube.com/watch?v=1r53-axzV10>

ecológica' (*ecological trap*).³²

Por isso, pesquisadores têm recomendado que não seja construída a escada de peixes em São Manoel, caso não seja construído um sistema de transposição de peixes no barramento da UHE Teles Pires. Um sistema de transposição de peixes foi cogitado para a UHE Teles Pires; porém, foi descartado posteriormente pelo empreendedor, com aval do IBAMA, sob o argumento de que as corredeiras de Sete Quedas fossem uma barreira natural para espécies migratórias de peixes. Trata-se de afirmação que contraria evidências científicas que constam do próprio EIA, confirmadas empiricamente pelos indígenas ao longo do tempo que habitam a região.

Botos: Os índios Munduruku, Apiaká e Kayabi relataram uma diminuição na abundância de botos e até casos de mortes de vários indivíduos, especialmente quando houve vazamento de óleo dos canteiros da UHE São Manoel (Figura 3). Os botos não têm sido vistos nesse trecho do rio ao longo dos últimos meses; segundo os índios Munduruku, eles eram frequentemente avistados nesta época.



Figura 3. Morte de boto e tracajás no vazamento de óleo em Novembro/ 2016 nas obras da UHE São Manoel. (Fonte: O Globo)³³

Quelônios: Com a perda de fontes de alimento, tanto em termos qualitativos quanto quantitativos, ocorrerá uma redução tanto na abundância como na estrutura populacional dos quelônios aquáticos, além de perda individual de massa corpórea (Pezzuti *et al.* 2014). Os quelônios são essenciais para alimentação das comunidades indígenas. Em relatos os indígenas reconhecem a diminuição dos tracajás, associada principalmente a pioras na qualidade da água. Walmir Uaru descreveu que esses animais estão comendo *crebibim* (tipo de lodo) e estão morrendo. Delvan Kamassuri Apiaká (aldeia Mayrowi) relata o período de reprodução do tracajá, que ocorria entre junho e julho, está ocorrendo atualmente em agosto. A reprodução da tartaruga, que era em agosto, está começando atualmente em setembro. Esses relatos reforçam a

³² Ou seja, se a UHE São Manoel tiver um mecanismo de transposição, como escada ou eclusa (elevador) para transportar os peixes para o montante da barragem, os peixes podem no máximo chegar até a UHE Teles Pires. Como os peixes não podem ultrapassar este segundo barramento, ficariam presos nesse lago de 40 Km de extensão.

³³ <http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2016/11/indios-acham-boto-peixes-e-cagado-mortos-apos-vazamento-de-oleo.html>

conclusão de que as UHEs estão causando significativos impactos na biota e, conseqüentemente, na vida dos povos indígenas do Teles Pires.

2.4 PBAls: Impactos, Gestão, Controle Social e Sustentabilidade

Há relatos de que, além de outros impactos das hidrelétricas no Teles Pires, os indígenas estão se sentindo sobrecarregados pelas atividades provenientes dos diversos programas que constam nos PBAls das UHEs Teles Pires e São Manoel. Isso tem alterado o seu cotidiano, pois deixam muitas vezes de fazer seus trabalhos de roça ou outros para poder participar de reuniões do PBAI. Ou seja, para participar das atividades e oficinas do PBAI, não tendo tempo de preparar seus alimentos, o que muitas vezes intensificam o risco de insegurança alimentar.

Conforme afirmou um morador da Aldeia Teles Pires: *“O trabalho coletivo tá ficando em último plano porque há uma quantidade de documentações muito grande para fazer e também, oficinas, atividades Nós indígenas quando vamos participar das reuniões da empresa trazemos toda a família e o rancho que eles trazem para as reuniões não são suficientes para todos e, às vezes, passamos fome”*.³⁴

Assim, há uma percepção de que os programas do PBAI têm trazido mais conseqüências negativas nos modos de organização social comunitária do que benefícios, eles se sentem sobrecarregados com as atividades dos programas e pressionados a participar. Lideranças têm saído muito das aldeias para cumprir agendas de atividades do PBAI e deixado de atender às suas famílias. Além disso, frequentemente há percepções entre os indígenas de que as estruturas de gestão do PBAI, como os Conselhos Gestores, desconsideram formas tradicionais de tomada de decisão entre caciques, lideranças e comunidade.³⁵

Em alguns casos, tem existido conflitos relacionados ao controle de equipamentos e material de consumo oriundos do PBAI, como barcos, motores, combustível e computadores, dentre outros. O aumento da dependência em relação ao uso de barco e combustível associado a impactos das hidrelétricas (necessidade de buscar água de boa qualidade e peixes em lugares mais distantes) têm ocasionado desentendimentos entre as pessoas e o estresse coletivo nas aldeias.

No que se refere a atividades de capacitação no PBAI, há queixas frequentes de que os cursos executados (informática, GPS, audiovisual, associativismo) não têm contado com carga-horária suficiente para garantir o aprendizado.

³⁴ Houve vários relatos, no sentido de que nas atividades promovidas pelos empreendedores, os alimentos trazidos nem sempre tem sido suficientes para todos e são diferentes daqueles que se consome usualmente, como o feijão, macarrão e molho ou a carne de frango e boi.

³⁵ Veja o vídeo curto produzido em expedição do Fórum Teles Pires em fevereiro de 2017, contendo denúncias feitas por indígenas das etnias Kayabi, Munduruku e Apiaká sobre estes e outros impactos sociais dos empreendimentos <https://goo.gl/vs9r7t>

Em geral, verifica-se reclamações sobre a falta de efetividade das condicionantes dos programas do PBAI na mitigação e compensação de impactos dos empreendimentos; que não contemplam as reais necessidades das pessoas. Percebe-se desconfiança generalizada entre muitos indígenas em relação às ações previstas no PBAI da UHE São Manoel; ações que mal começaram, apesar do empreendimento estar em ritmo acelerado de construção desde a concessão da LI pelo IBAMA, em abril de 2014. Apesar de casos de atuação das mesmas pessoas nas equipes dos PBAIs dos dois empreendimentos, não está claro como se propõe integrar os PBAIs das UHEs Teles Pires e São Manoel, como se propõe melhorar a efetividade de ações de mitigação e compensação de impactos socioambientais daqui para a frente, e as perspectivas para a sua sustentabilidade no futuro.

3. Conclusões e Reivindicações

O conjunto de atropelos e outros conflitos nos processos de planejamento, licenciamento e implantação das UHEs Teles Pires e São Manoel, relacionados aos direitos indígenas e à legislação ambiental, conforme descrito sucintamente na primeira parte do relatório, tem tido como resultado direto uma série de graves consequências destes empreendimentos, cujos impactos na qualidade de vida dos indígenas não têm sido efetivamente monitorados, mitigados e compensados. Além disso, o atual modelo de gestão dos PBAIs tem causado impactos negativos adicionais.

Considerando o exposto, cabe registrar aqui as seguintes reivindicações, direcionadas principalmente a órgãos públicos responsáveis pela gestão e acompanhamento dos empreendimentos:

- 1) Enquanto não forem equacionados os graves problemas relacionados a impactos sobre a qualidade de água, o regime hidrológico e ecossistemas do rio Teles Pires, peixes e pesca – com profundas implicações para a qualidade de vida e direitos dos povos indígenas – não devem ser autorizadas novas intervenções, a exemplo da concessão da LO para a UHE São Manoel, que possam intensificar estes impactos – em termos individuais e cumulativos.
- 2) É preciso estabelecer urgentemente um sistema efetivo de monitoramento, independente e participativo, dos impactos socioambientais do conjunto de empreendimentos hidrelétricos em construção na sub-bacia do rio Teles Pires e seus respectivos sistemas de transmissão de energia, abordado impactos individuais e cumulativos.³⁶ Tal sistema de monitoramento deve ser coordenado por instituições públicas de pesquisa e ensino, com forte engajamento de povos indígenas e outras populações locais, sob supervisão do Ministério Público Federal,

³⁶ Não obstante o presente relatório ter focado nas UHEs Teles Pires e São Manoel, existem fortes indícios de irregularidades semelhantes na condução das UHEs de Sinop e Colider, identificados por entidades locais do Fórum Teles Pires., que precisam ser devidamente investigados.

contando com financiamento dos empreendedores. Os resultados do monitoramento devem ser divulgados publicamente, servindo como subsídios para a tomada de decisões transparentes e participativas.

- 3) Na medida em que os danos socioambientais das hidrelétricas da sub-bacia do Teles Pires vão sendo registrados e comprovados, é necessário que IBAMA, FUNAI, Ministério Público e Defensoria Pública atuem com rigor na viabilização de meios de responsabilização de empreendedores e financiadores, inclusive para evitar a repetição de erros com outros rios e barragens na Amazônia.
- 4) Qualquer discussão sobre ações futuras de mitigação e compensação dos impactos das hidrelétricas na sub-bacia deve contar com profunda discussão com as comunidades e outros integrantes do Fórum Teles Pires, em parceria com o Ministério Público Federal. Neste esforço, atenção especial deve ser dada a necessidades urgentes, como a viabilização de sistemas de captação de água (poços artesianos) tratamento e distribuição de água nas aldeias indígenas, priorizando as comunidades que têm apresentado maiores problemas de saúde pública associados a este problema.
- 5) Considerando os impactos dos empreendimentos hidrelétricos no rio Teles Pires tendem a ser de longo prazo, é imperativo que os empreendedores sejam responsabilizados para garantir ações efetivas de mitigação e compensação com o mesmo horizonte temporal.
- 6) Não é admissível que o planejamento de hidrelétricas e outras grandes obras de infraestrutura, inclusive um sistema de hidrovias cogitado para os rios Teles Pires/Juruena/Tapajós, visando à exportação de soja e outros commodities³⁷ continuem atropelando a legislação ambiental e direitos humanos. No enfrentamento desse desafio urgente, é preciso abordar questões como: a) a adoção de melhores instrumentos de planejamento, capazes de avaliar impactos cumulativos e apontar estratégias alternativas de maior benefício e menor impacto socioambiental, a exemplo da Avaliação Ambiental Estratégica – AAE, b) viabilizar a compatibilização de obras de infraestrutura com outras políticas públicas, a exemplo daquelas relacionadas a áreas protegidas e gestão de bacias hidrográficas, c) garantir o pleno respeito aos direitos territoriais e o direito à consulta livre, prévia e informada dos povos indígenas.

³⁷ O Projeto de Decreto Legislativo (PDC) no. 119/2015, em tramitação no Congresso, tem como objetivo autorizar a instalação de hidrovias nos rios Teles Pires-Juruena-Tapajós, sem qualquer processo de oitiva/consulta prévia junto aos povos indígenas: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1307295> Veja também: <https://www.brasildefato.com.br/2016/12/14/projetos-na-camara-pretendem-implantar-hidrovias-sem-ouvir-comunidades-indigenas>

2. Manifestações dos povos indígenas e aliados

Manifesto Kayabi, Apiaká e Munduruku contra os Aproveitamentos Hidrelétricos no Rio Teles Pires (nov/dez 2011) <http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&action=read&id=6008>

Carta Aberta sobre a Suspensão da Licença de Instalação da UHE Teles Pires (abril de 2012) <http://www.global.org.br/blog/mais-de-50-entidades-da-sociedade-civil-apelam-ao-governo-e-autoridades-internacionais-pela-seguranca-de-indigenas-ameacados-pela-usina-de-teles-pires/>

Manifesto da Aliança dos Povos Indígenas Apiaká, Kayabi, Munduruku e Rikbaktsa <http://riosvivos.org.br/a/Noticia/Manifesto+da+Alianca+dos+Povos+Indigenas++Apiak+a++Kayabi++Munduruku+e+Rikbaktsa/18895> (abril de 2015)

Organizações assinam manifesto sobre cenário desafiador da Amazônia coberta por hidrelétricas, <http://www.icv.org.br/2016/12/08/paises-assinam-manifesto-sobre-cenario-desafiador-da-amazonia-coberta-por-hidreletricas/>. Acesso em 31/05/2017.

3. Livros, estudos, artigos e reportagens

“Indígenas denunciam falhas no programa ambiental da usina Teles Pires” *Amazônia Real*, 30/05/2017 <http://amazoniareal.com.br/indigenas-denunciam-falhas-no-programa-ambiental-da-usina-teles-pires/>

“MPF diz que é inapto seminário de avaliação do programa ambiental da usina Teles Pires”, *Amazônia Real*, 08/06/2017, <http://amazoniareal.com.br/mpf-diz-que-e-inapto-seminario-de-avaliacao-do-programa-ambiental-da-usina-teles-pires/>

Bogado Leite, Felipe Almeida e Leandro Mitidieri Figueiredo, “Suspensão de liminar tem sido usada para violar direitos fundamentais”, *Revista Consultor Jurídico*, 23 de janeiro de 2015, <http://www.conjur.com.br/2015-jan-23/suspensao-liminar-sido-usada-violar-direitos-fundamentais>

Coelho, A. L. N. 2008. “Geomorfologia fluvial de rios impactados por barragens” *Caminhos de geografia*. Uberlândia. V.9.n.26.

Contexto de projetos e impactos de hidrelétricas em livro e documentário servem de reflexão em Mato Grosso e no Pará: <http://www.icv.org.br/2016/11/30/debate-sobre-hidreletricas-na-amazonia-mobiliza-ongs-mpf-legislativo-e-poder-publico-no-congresso-nacional/>. Acesso em 31/05/2017.

Debate sobre hidrelétricas na Amazônia mobiliza ONGs, MFP, legislativo e poder público, no Congresso Nacional, no dia 6: <http://www.icv.org.br/2016/11/30/debate-sobre-hidreletricas-na-amazonia-mobiliza-ongs-mpf-legislativo-e-poder-publico-no-congresso-nacional/>

Do Xingu ao Teles Pires: documentários retratam os impactos de grandes hidrelétricas nas vozes dos atingidos: <http://www.icv.org.br/2016/12/09/do-xingu-ao-teles-pires->

[videodocumentarios-retratam-os-impactos-de-grandes-hidreletricas-nas-vozes-dos-atingidos/](#). Acesso em 31/05/2017.

Fórum Teles Pires dá início a projeto audiovisual Vozes dos Atingidos
<http://www.icv.org.br/2017/03/08/forum-teles-pires-da-inicio-a-projeto-audiovisual-vozes-dos-atingidos/>. Acesso em 31/05/2017.

Fórum Teles Pires realiza encontro no dia 5 de outubro, em Alta Floresta:
<http://www.icv.org.br/2016/09/21/7278/>. Acesso em 31/05/2017.

Impactos de Hidrelétricas na Bacia do Tapajós são debatidos na Câmara dos Deputados e na UnB, em Brasília: <http://www.icv.org.br/2016/09/16/impactos-de-hidreletricas-na-bacia-do-tapajos-sao-debatidos-na-camara-dos-deputados-e-na-unb-em-brasilia/>. Acesso em 31/05/2017.

International Rivers, Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA, 2016. *Ocekadi: Hidrelétricas, Conflitos Socioambientais e Resistência na Bacia do Tapajós*, <https://www.internationalrivers.org/node/11503>

Miranda, L. E. 2001. A review of guidance and criteria for managing reservoirs and associated riverine environments to benefit fish and fisheries. In: G. Marmulla, editor. Dams, fish and fisheries: opportunities, challenges and conflict resolution. Rome, Italy: FAO Fisheries Technical Paper.

MPF/MT recorre à justiça para exigir estudo dos impactos da usina Teles Pires aos povos indígenas <http://www.mpf.mp.br/mt/sala-de-imprensa/noticias-mpf-recorre-a-justica-para-exigir-estudo-dos-impactos-da-usina-teles-pires-aos-povos-indigenas>, abril de 2012

Povos Indígenas são protagonistas em encontro do Fórum Teles Pires, em Alta Floresta: <http://www.icv.org.br/2016/10/06/povos-indigenas-sao-protagonistas-em-encontro-do-forum-teles-pires-em-alta-floresta/>. Acesso em 31/05/2017

Stuchi, Francisco. F. A ocupação da Terra Indígena Kayabi (MT/PA): História Indígena e Etnoarqueologia. 300f.(Dissertação) Mestrado em Arqueologia. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

Vozes dos Atingidos chega ao sétimo depoimento e continua em junho:
<http://www.icv.org.br/2017/05/29/vozes-dos-atingidos-chega-ao-setimo-depoimento-e-continua-em-junho/>. Acesso em 31/05/2017.

WCD, 2000. Dams and development. A new framework for decision-making. The report of the World Commission on Dams. Earthscan Publications Ltd, London and Sterling, VA.